



AO JUÍZO DA 11ª VARA CÍVEL E EMPRESARIAL DA COMARCA DE LONDRINA – ESTADO DO PARANÁ

AUTOS Nº 0012422-45.2023.8.16.0045

FSERV PRESTADORA DE SERVIÇOS DE ESCRITÓRIO LTDA, FARIMAX - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE FARINHAS EIRELI LTDA, FAMP AGROINDUSTRIAL LTDA LTDA. e FAMP ADMINISTRADORA DE BENS LTDA, devidamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, por intermédio de seus advogados que ao final subscrevem, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, interpor

RECURSO DE APELAÇÃO

Contra a r. sentença de mov. 255, que julgou o processo extinto sem resolução de mérito, com fulcro no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil, c.c. art. 51-A, § 6º da Lei 11.101/2005, ante o indeferimento da petição inicial, pelos fatos e fundamentos que segue.

1. DA TEMPESTIVIDADE

Nos termos da intimação de mov.3134, foi concedido o prazo de 15 dias corridos para interposição de Agravo de Instrumento, caso em que encerraria aos 23.06.2025, conforme se extrai do Sistema PROJUDI/PR.

No entanto, de acordo com o art. 219 c/c art. 220 e art. 1.026 do Código de Processo Civil, o prazo é de 15 (quinze) dias úteis, de modo que seu término somente ocorrerá aos 30/06/2025

Maringá

+55 44 3227-5678
Av. Euclides da Cunha, 1277
Zona 05 – CEP 87015-180

Londrina

+55 43 3014-1488
Av. Me. Leônia Milito, 1377, Salas
1401 e 1402, Ed. Palhano Premium
Bela Suíça – CEP 86050-270

Curitiba

+55 41 3352-1289
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala
1603, Ed. World Business
Conjunto Cívico – CEP 80530-000





2. DOS FATOS

Trata-se de pedido de recuperação judicial ajuizado em 08/09/2025, cujo processamento foi inicialmente deferido em 12/03/2024.

Contudo, por meio de decisão monocrática proferida nos autos do Agravo de Instrumento nº 0034930-86.2024.8.16.0000, reconheceu-se, de ofício, a nulidade da decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial, sob o fundamento de ausência de fundamentação adequada e de omissão quanto a questões que deveriam ter sido objeto de análise.

A omissão referiu-se, especificamente, à ausência de exame acerca da presença dos requisitos para o deferimento da modalidade de consolidação substancial e da inclusão da empresa Famp Cobranças Ltda. no polo ativo da demanda.

Em decorrência da anulação e da subsequente redistribuição dos autos ao Juízo Empresarial competente, tornou-se necessária a reapreciação do pedido de processamento da recuperação judicial.

No entanto, após a realização de nova constatação prévia, na qual o Administrador Judicial apontou supostos indícios de utilização fraudulenta do instituto da recuperação judicial e com base, ainda que de forma genérica e superficial, na alegada ausência de cumprimento dos requisitos do art. 51 da Lei nº 11.101/2005, o Juízo de origem proferiu decisão extinguindo o feito, sem resolução do mérito.

Conforme será demonstrado, a r. sentença deve ser reformada.

2. AUSÊNCIA DE ENFRENTAMENTO DAS QUESTÕES APRESENTADAS

A sentença recorrida merece reforma por manifesta omissão e inadequada fundamentação, violando o artigo 489, §1º, inciso IV, do Código de Processo Civil. O decisum deixou de apreciar questões essenciais que foram determinantes para a anulação da decisão anterior, perpetuando as mesmas falhas que motivaram a primeira anulação.





O magistrado de primeiro grau não enfrentou adequadamente o pedido de consolidação substancial formulado pelas empresas devedoras, as quais demonstraram desde a petição inicial que operam de forma integrada, compondo um mesmo grupo econômico. Tal consolidação é medida que confere maior transparência e eficiência ao processo recuperacional, permitindo tratamento unificado das empresas que já funcionam de maneira integrada na realidade empresarial.

Da mesma forma, a sentença quedou-se omissa quanto ao pedido de inclusão da sociedade FAMP Cobranças Ltda. no polo ativo da recuperação judicial. Referido pleito contou com respaldo do parecer da administração judicial, manifestação favorável do Ministério Público e posicionamento do credor Puma Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Multissetorial. A inclusão da referida empresa no polo ativo permitiria sua submissão à constante fiscalização do administrador judicial e ao rito da recuperação judicial, conferindo maior controle institucional, supervisão e transparência ao processo, afastando as próprias dúvidas suscitadas pelo juízo.

A fundamentação da sentença baseou-se preponderantemente nas considerações do administrador judicial, que paradoxalmente admitiu em seu parecer que as irregularidades apontadas, se consideradas isoladamente, não impediriam o deferimento da recuperação judicial. Nas próprias palavras do administrador: "Se fôssemos considerar isoladamente cada uma das muitas questões acima levantadas, talvez até pudéssemos sustentar a possibilidade de deferimento da petição inicial, ainda que com a aplicação das penalidades eventualmente cabíveis." Tal afirmação evidencia contradição interna na própria fundamentação utilizada pelo magistrado, enfraquecendo o fundamento para o indeferimento.

A decisão também se mostra deficiente ao mencionar genericamente a "ausência do preenchimento do art. 51" da Lei nº 11.101/2005, sem especificar concretamente quais exigências teriam sido descumpridas e sem fazer referência ao artigo 48 da mesma lei. As empresas requerentes atenderam integralmente às exigências legais, apresentaram a documentação necessária e procederam por diversas vezes à emenda da petição inicial para atender às solicitações do Administrador Judicial, demonstrando seu comprometimento com a regularidade processual.

Maringá

+55 44 3227-5678
Av. Euclides da Cunha, 1277
Zona 05 - CEP 87015-180

Londrina

+55 43 3014-1488
Av. Me. Leônia Milito, 1377, Salas
1401 e 1402, Ed. Palhano Premium
Bela Suíça - CEP 86050-270

Curitiba

+55 41 3352-1289
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala
1603, Ed. World Business
Conjunto Cívico - CEP 80530-000





É relevante destacar que inicialmente houve o deferimento do processamento da recuperação judicial, embasado no laudo de constatação prévia que atestou o cumprimento dos requisitos legais pelas requerentes. A nova decisão de indeferimento contraria esse entendimento inicial sem fundamentação adequada que justifique a mudança de posicionamento.

A recuperação judicial tem como finalidade precípua, conforme estabelece o artigo 47 da Lei nº 11.101/2005, viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira da empresa, assegurando a manutenção da fonte produtora, a preservação dos empregos, o atendimento aos interesses dos credores e a continuidade da atividade empresarial, com o devido cumprimento de sua função social e o estímulo ao desenvolvimento econômico. O indeferimento sem adequada fundamentação frustra esses objetivos legais e sociais do instituto recuperacional.

Dessa forma, a sentença carece de reforma para que seja determinado o regular processamento da recuperação judicial, com a devida apreciação dos pedidos de consolidação substancial e inclusão da sociedade FAMP Cobranças Ltda. no polo ativo, medidas que conferirão maior transparência e controle ao processo, afastando as dúvidas suscitadas e permitindo o cumprimento da função social da empresa em crise.

3. DA POSSIBILIDADE DE DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DA FUNÇÃO SOCIAL DA EMPRESA E DO PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO

Conforme depreende-se da r. sentença recorrida, o d. juízo entendeu que os documentos apresentados são insuficientes para comprovar os requisitos essenciais exigidos pela Lei 11.101/2005, seja por não contemplarem todo o grupo empresarial, seja pelos inúmeros indícios de fraudes e divergências que surgiram ao longo da tramitação do feito.

Conforme exposto, o juízo baseou-se estritamente nos argumentos apresentados pelo administrador judicial para fundamentar sua decisão. Contudo, restou omissa ao deixar de indicar, de forma clara e objetiva, as razões pelas quais entendeu que os requisitos previstos no art. 51 da Lei nº 11.101/2005 não foram atendidos — **sobretudo considerando que o próprio administrador judicial reconheceu o cumprimento de tais exigências.**

Maringá

+55 44 3227-5678
Av. Euclides da Cunha, 1277
Zona 05 - CEP 87015-180

Londrina

+55 43 3014-1488
Av. Me. Leônia Milito, 1377, Salas
1401 e 1402, Ed. Palhano Premium
Bela Suíça - CEP 86050-270

Curitiba

+55 41 3352-1289
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala
1603, Ed. World Business
Conjunto Cívico - CEP 80530-000





As empresas requerentes demonstraram inequivocamente o atendimento a todos os requisitos previstos nos artigos 48 e 51 da Lei nº 11.101/2005. O laudo de constatação prévia, elaborado pela administradora judicial Auxilia Consultores Ltda., após análise técnica minuciosa e visita ao estabelecimento das devedoras, atestou expressamente: *"No que pertine aos requisitos e documentos exigidos pelos arts. 48 e 51, ambos da Lei 11.101/2005, consigna-se que estes foram devidamente supridos pelas Devedoras postulantes."*

A documentação apresentada pelas Apelante contempla integralmente as exigências legais: demonstrações contábeis dos últimos três exercícios sociais, relação nominal dos credores, relação de empregados, certidão de regularidade do empresário ou da sociedade empresária no Registro Público de Empresas Mercantis, lista de bens particulares dos sócios, além de todos os demais documentos especificados na legislação.

Considerando a relevância das disposições legais que disciplinam o deferimento do processamento da recuperação judicial, é imperioso que a sentença promova a devida análise e fundamentação acerca do cumprimento dos requisitos legais – o que não se verifica.

Ademais, nos termos do art. 52 da Lei nº 11.101/2005, uma vez regularmente apresentada a documentação exigida pelo art. 51 da referida norma, o magistrado procederá com o processamento da recuperação judicial.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. DEFERIMENTO DO PROCESSAMENTO. REQUISITOS FORMAIS . Insurgência contra decisão que deferiu o processamento da recuperação judicial. **A decisão de processamento do pedido de recuperação judicial diz respeito apenas e tão somente à verificação dos requisitos formais previstos nos artigos 48 e 51 da Lei nº 11.101/2005.** Recuperanda que apresentou todos os documentos exigidos pela Lei 11.101/2005. A perícia prévia para o deferimento do processamento da recuperação judicial, prevista no artigo 51-A da Lei 11.101/2005, constitui faculdade do magistrado. Administrador Judicial que já verificou as condições de funcionamento da recuperanda. A discordância da agravante quanto à relação de credores apresentada, a forma como discriminou os débitos bancários, e possíveis inconsistências dos créditos, serão conferidos oportunamente

Maringá

+55 44 3227-5678
Av. Euclides da Cunha, 1277
Zona 05 – CEP 87015-180

Londrina

+55 43 3014-1488
Av. Me. Leônia Milito, 1377, Salas
1401 e 1402, Ed. Palhano Premium
Bela Suíça – CEP 86050-270

Curitiba

+55 41 3352-1289
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala
1603, Ed. World Business
Conjunto Cívico – CEP 80530-000





por aquele que tem atribuição para tanto, o Administrador Judicial, nos termos do artigo 22, incisos I e II, da Lei 11.101/2005. Recurso desprovido.

(TJ-SP - Agravo de Instrumento: 22028151520248260000 São Paulo, Relator.: J .B. Paula Lima, Data de Julgamento: 27/11/2024, 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 28/11/2024)

O indeferimento do processamento da recuperação judicial contraria o princípio constitucional da função social da empresa e impede que empresas economicamente viáveis superem dificuldades conjunturais. As empresas enfrentaram crise decorrente de alterações nas políticas governamentais para o setor de biodiesel, com redução da proporção de mistura de 13% para 10%, configurando situação típica que justifica a utilização do instituto recuperacional.

O sistema da Lei nº 11.101/2005 prevê mecanismos adequados e eficazes de controle durante o processamento da recuperação judicial que tornam desnecessário o indeferimento liminar do pedido. O administrador judicial possui amplos poderes de fiscalização previstos no artigo 22 da lei¹, incluindo a verificação das condições de funcionamento das empresas, exame da escrituração contábil e acompanhamento das atividades da devedora.

As eventuais irregularidades identificadas podem ser objeto de correção mediante determinações judiciais específicas, aplicação de penalidades ou, em casos extremos, convolação em falência por descumprimento das obrigações da recuperação judicial. Tais instrumentos conferem proteção adequada aos credores e ao processo sem impedir o acesso ao instituto recuperacional.

Inclusive, o administrador admite expressamente que, consideradas isoladamente, as irregularidades apontadas **não impediriam o deferimento da recuperação judicial**, ainda que sujeitas à aplicação das sanções cabíveis: *“Se fôssemos considerar isoladamente cada uma das muitas questões acima levantadas, talvez até pudéssemos sustentar a possibilidade de*

¹ Art. 22. Ao administrador judicial compete, sob a fiscalização do juiz e do Comitê, além de outros deveres que esta Lei lhe impõe: [...]

Maringá

+55 44 3227-5678
Av. Euclides da Cunha, 1277
Zona 05 - CEP 87015-180

Londrina

+55 43 3014-1488
Av. Me. Leônia Milito, 1377, Salas
1401 e 1402, Ed. Palhano Premium
Bela Suíça - CEP 86050-270

Curitiba

+55 41 3352-1289
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala
1603, Ed. World Business
Conjunto Cívico - CEP 80530-000





deferimento da petição inicial, ainda que com a aplicação das penalidades eventualmente cabíveis."

No mais, as empresas requerentes demonstraram desde a petição inicial que operam como grupo econômico integrado, justificando plenamente o pedido de consolidação substancial previsto nos artigos 69-J e seguintes da Lei nº 11.101/2005. A consolidação substancial constitui instrumento legal expressamente previsto para situações em que empresas do mesmo grupo econômico apresentam atividades entrelaçadas, permitindo tratamento unificado e mais eficiente do processo recuperacional.

A própria administradora judicial reconheceu que "os requisitos do art. 69-J da Lei 11.101/2005 foram preenchidos pelas Devedoras" e sugeriu a inclusão da FAMP Cobranças Ltda. no polo ativo da recuperação judicial. Tal inclusão, longe de constituir irregularidade, representa medida de transparência que permitiria a submissão de todas as empresas do grupo à fiscalização constante do administrador judicial e ao regime da recuperação judicial.

O pedido de consolidação substancial e inclusão da FAMP Cobranças Ltda. recebeu manifestação favorável do Ministério Público e de credores, demonstrando que a medida atende aos interesses do processo e confere maior segurança jurídica ao procedimento. A negativa em apreciar adequadamente tais pedidos impede a adoção das próprias medidas que confeririam maior controle e transparência ao processo.

A recuperação judicial tem por objetivo fundamental, conforme estabelece o artigo 47 da Lei nº 11.101/2005, *"viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica."*

As empresas requerentes desenvolvem atividade econômica relevante no setor de preparação e comércio de subprodutos de origem animal, farinhas e óleos para atender indústrias de biodiesel, contribuindo para a cadeia produtiva de energia renovável. Possuem estabelecimentos em diversos estados (Paraná, Mato Grosso, Santa Catarina e São Paulo), gerando empregos e movimentando a economia regional.

Maringá

+55 44 3227-5678
Av. Euclides da Cunha, 1277
Zona 05 - CEP 87015-180

Londrina

+55 43 3014-1488
Av. Me. Leônia Milito, 1377, Salas
1401 e 1402, Ed. Palhano Premium
Bela Suíça - CEP 86050-270

Curitiba

+55 41 3352-1289
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala
1603, Ed. World Business
Conjunto Cívico - CEP 80530-000





A inclusão da FAMP Cobranças Ltda. no polo ativo e a consolidação substancial, medidas expressamente sugeridas pela própria administradora judicial, constituem precisamente os instrumentos adequados para conferir maior transparência e controle ao processo, permitindo a fiscalização integral das operações do grupo econômico.

O indeferimento do processamento da recuperação judicial contraria os princípios da economicidade processual e eficiência jurisdicional, impedindo que o Poder Judiciário cumpra sua função de proporcionar soluções adequadas para empresas em crise. A recuperação judicial constitui instrumento menos oneroso e mais eficiente que a falência para a satisfação dos credores e preservação da atividade econômica.

As empresas requerentes demonstraram comprometimento com a regularidade processual ao proceder a diversas emendas à petição inicial e fornecer documentação complementar sempre que solicitado. Tal postura evidencia boa-fé e disposição para submeter-se integralmente ao regime da recuperação judicial, incluindo os mecanismos de fiscalização e controle.

Por todo o exposto, o entendimento adotado pela sentença recorrida deve ser reformado para determinar o regular processamento da recuperação judicial, com o deferimento da consolidação substancial e inclusão da FAMP Cobranças Ltda. no polo ativo.

As empresas requerentes cumpriram integralmente os requisitos legais, as alegadas irregularidades não constituem impedimento ao processamento e podem ser adequadamente fiscalizadas durante o curso da recuperação, e o indeferimento contraria os princípios da preservação da empresa e de sua função social.

A reforma da sentença permitirá que o instituto da recuperação judicial cumpra sua finalidade legal e constitucional, proporcionando às empresas a oportunidade de superação da crise mediante plano de recuperação submetido à deliberação dos credores, com a adequada fiscalização judicial e administrativa.

Maringá

+55 44 3227-5678
Av. Euclides da Cunha, 1277
Zona 05 - CEP 87015-180

Londrina

+55 43 3014-1488
Av. Me. Leônia Milito, 1377, Salas
1401 e 1402, Ed. Palhano Premium
Bela Suíça - CEP 86050-270

Curitiba

+55 41 3352-1289
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala
1603, Ed. World Business
Conjunto Cívico - CEP 80530-000





4. DOS PEDIDOS

Requer seja reformada a r. sentença, afim de que seja deferido o processamento da recuperação judicial, considerando-se o cumprimento dos requisitos legais previstos nos arts. 48 e 51 da Lei nº 11.101/2005, com a consequente determinação da consolidação substancial entre as empresas integrantes do grupo econômico, bem como a inclusão da sociedade empresária Famp Cobranças Ltda. no polo ativo da demanda.

Nestes termos, pede deferimento.
Maringá, 15 de abril de 2025.

ADRIANA ELIZA FEDERICHE MINCACHE

OAB/PR 34.429

ALAN ROGÉRIO MINCACHE

OAB/PR 31.976

Maringá

+55 44 3227-5678
Av. Euclides da Cunha, 1277
Zona 05 - CEP 87015-180

Londrina

+55 43 3014-1488
Av. Me. Leônia Milito, 1377, Salas
1401 e 1402, Ed. Palhano Premium
Bela Suíça - CEP 86050-270

Curitiba

+55 41 3352-1289
Av. Cândido de Abreu, 776, Sala
1603, Ed. World Business
Conjunto Cívico - CEP 80530-000

